

Antropologia pública dos mundos policiais

SUSANA DURÃO

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo, Brasil

Na resenha crítica que escreve ao livro que publiquei, *Patrulha e Proximidade. Uma Etnografia da Polícia em Lisboa* (2008), resultante da tese de doutoramento, João Freire (2010) deixa em aberto uma sugestiva questão: Quem serão os públicos deste livro? Freire imagina que a obra será de interesse para o conjunto da *comunidade*, e aqui reside a dúvida. Será que se refere à comunidade científica (para quem usualmente escrevemos), à comunidade profissional e institucional (a quem por vezes chegamos), à comunidade ativista (na qual também eventualmente nos engajamos), ou será que abre para a comunidade dos leitores, anónimos e indiferenciados (que em geral confundimos com a comunidade humana)? Esta é uma dúvida que persegue os cientistas sociais e pensadores críticos há mais de um século.

Freire compreendeu o livro que lia. Em geral, na sociologia ou na antropologia, escrevemos de modo diferente quando imaginamos públicos diferentes. E as teses são, além do estudo temático e teórico, o resultado de uma longa imersão em convenções meta-narrativas e hermenêuticas de concepção científica e disciplinar. Por isso escrevemos mais e de modo mais seletivo para comunidades científicas onde o nosso discurso se inscreve. Mas e quando tentamos, a uma só voz, no mesmo texto, contemplar os vários públicos por nós imaginados? Estas perguntas estão na base de mais de duas décadas de contato e conversas inacabadas que tive com João Freire.

Vale recuar um pouco e lembrar que o nosso encontro foi fundado numa troca franca: a aprendiz de antropóloga que buscava na obra do mestre da sociologia do trabalho e das profissões em Portugal inspiração e matéria teórica; o sociólogo, de matriz funcionalista, que se mostrava manifestamente interessado nas explorações etnográficas nos mundos do trabalho levadas a cabo pela então jovem antropóloga. O que uma geração e diferença de experiências separava, o desejo de saber juntou. João Freire ajudou-me a encontrar um caminho heterodoxo na disciplina antropológica, cultivando em mim um interesse específico pelos mundos do trabalho, burocracias e instituições. Através de João Freire mergulhei na leitura de Everett-Hughes, Howard Becker e tantos outros.

A questão dos públicos das ciências sociais, sua abrangência ou estreitamento, tem sido amplamente discutida. Não desejo aqui retomar os vivos debates e variantes das últimas décadas, originadas no seio e para além das chamadas sociologia pública e nem sobre a mais modesta antropologia pública.¹

Como Didier Fassin (2013), tenho interesse em explorar algumas questões que emergiram do encontro entre a etnografia e os seus públicos. Fassin demonstra com precisão a reação dos mass media ao seu livro *La Force de L'Ordre* (2011) e como a interação do autor com os públicos reacendeu um debate qualificado sobre violência policial, racismo e governo em França. Mas este caminho, a discussão sobre a polémica política do texto científico, não é o único efeito possível de um debate sobre a recepção pública das nossas etnografias. Neste texto foco outros caminhos práticos e a reação de um público em particular ao meu livro, a própria Polícia de Segurança Pública (PSP). Narro como a leitura da etnografia *Patrulha e Proximidade*, realizada por alguns oficiais de polícia com lugares proeminentes nas instituições de ensino, teve como consequência uma apropriação da autora (eu mesma) e a minha incorporação nos círculos de formação de polícias. No caso de Fassin, foram os mass media que tomaram a dianteira do processo público e as instituições policia mantiveram-se relativamente omissas. No meu, foi muito mais a própria instituição policial que conduziu as negociações e, talvez, também por isso, os jornalistas foram descobrindo a etnografia policial de forma moderada e suscitando menos a crítica à instituição e à sua ação.

¹ Para ler mais sobre estes campos, na sociologia, ler Burawoy (2005), e na antropologia Borofsky (2000), Purcell (2000), Checker (2009).

Este breve ensaio vai centrar-se em dois pontos. Gostaria de voltar a considerar, num primeiro momento, o lugar da autoria intencional e política dos nossos textos. Isto é, analisando as nossas hermenêuticas como *discursos*, no sentido Foucaultiano, pretendo avançar com a sugestão de possíveis desenhos de intencionalidades políticas ou dos anseios de afetação do real a partir da autoria académica. Num segundo tempo, e de um modo mais desenvolvido, tendo em conta a *autonomia do texto*, no sentido Barthiano, pretendo demorar-me um pouco mais em formas de afetação deste texto. Centro-me nas ressonâncias públicas que veio a ter a publicação da tese *Patrulha e Proximidade* em livro, aspectos dos quais me apercebi à medida que estreitava não só a pesquisa mas também relações de trabalho com as forças policiais.

Não pretendo desenvolver neste capítulo uma análise geral da recepção crítica de textos antropológicos. Tem sido demonstrado que os textos monográficos da antropologia frequentemente revelam e firmam na escrita (no chamado presente etnográfico) dimensões da vida social que fogem a ser fixadas e que, por isso mesmo, além das ambiguidades, erros ou mal entendidos que possam gerar, representam não apenas conhecimento mas ameaça (Brettell, 1993). É assim previsível a intangibilidade das recepções a textos que são simultaneamente críticos e descritivos. Neste capítulo vou focar-me numa outra dimensão e pergunta à recepção dos textos: O que merece ser alvo de atenção nas instituições policiais quando são colocados em circulação textos sobre esses mundos da prática? Ou, especificando, como pode ou não a etnografia afetar as políticas institucionais?

Da intencionalidade política

No texto “O que é um autor?” Foucault justifica o interesse nas práticas discursivas dos autores. Para ele, a noção de autor, como hoje a conhecemos, foi fixada no século XVIII, quando o benefício da propriedade engloba o campo da literatura. As obras são validadas quando associadas a um nome. Mas o autor é mais do que um escritor; ele pode ser transdiscursivo, um criador de teorias, tradições, disciplinas e, desse modo, um gerador de possibilidades ilimitadas para novos discursos (Foucault, 2011; Neto, 2014). Freud e Marx são os exemplos mais evidentes da edificação discursiva na forma do freudismo e do marxismo.

Numa linha foucaultiana, podemos pensar as possibilidades discursivas de um ponto de vista da intencionalidade política. Falar da intenção

de afetar politicamente através de discursos, no terreno multifacetado da cidadania, não significa o mesmo que o texto como gesto, tal como o concebe Agamben. Em “Profanações” (Agamben, 2007), Agamben defende que a profanação do improfanável – ou arrancar dos dispositivos a possibilidade de uso que os mesmos capturam – é o que permite ao autor ultrapassar os limites da linguagem. O meu interesse mantém-se no alcance do texto como discurso. Assim, inspirada por Foucault, penso em pelo menos quatro tipos de coordenadas das ciências sociais contemporâneas que podem afetar a vida política.

Uma das intencionalidades políticas que podemos subscrever nos nossos textos em ciências sociais poderia designar-se como saber *nas canelas do poder*: um modo crítico ativista dos textos que autoras como Nancy Scheper-Hughes (1995) e outros antropólogos-militantes têm encabeçado. Uma segunda possibilidade, mais clássica e conservadora, é a *política por edital*, tendo em particular a intenção de participar de programas e desenhos de projetos capazes de eventualmente interferir nas políticas públicas em determinado contexto e momento. Uma terceira possibilidade é aquela a que eu chamaria *por dentro do poder*, uma via científica que serve linhas partidárias ou institucionais, fazendo com que textos e relatórios de pesquisa penetrem os lugares de decisão, comissões e conselhos, órgãos de decisão e deliberativos. Trata-se, por exemplo, de um modo de fazer parte da arquitectura de uma grande ou moderada reforma em curso. Uma certa linha de etnografias em meios corporativos e institucionais segue este caminho, e que é mais amplo e complexo do que a tradicional noção de sociologia ou antropologia aplicadas (Lopes & Durão, 2011). Este é um percurso mais familiar a sociólogos e cientistas políticos do que a antropólogos. Uma quarta possibilidade, que tem sido bem menos detalhada, merece particular atenção. Chamo-lhe *política a conta-gotas*, uma dimensão resultante de pesquisas fundamentais não encomendadas, com estabelecimento de problemáticas intelectuais livres de constrangimento político, mas com a possibilidade de fazer despontar formas de diálogo e colaboração variadas com instituições de poder. Esta é a linha na qual me parecem inscrever-se vários dos textos que publiquei ao longo de mais de dez anos de estudo dos temas do policiamento e das instituições policiais em Portugal. Na seção seguinte descrevo várias situações de maior ou menor colaboração que derivaram da publicação do livro *Patrulha e Proximidade*.

Quando a etnografia afeta

É preciso apagar o autor e dar visibilidade ao leitor, diz-nos Roland Barthes. Em “A morte do autor” este critica a noção de autor literário, sugerindo a crítica ao enraizamento da individualidade literária na modernidade novecentista. Barthes propõe, ao contrário de Foucault, que em vez de seguir a biografia autoral se perspective o texto. A linguagem fala, não o autor – o livro é um tecido de signos (Barthes, 1988: 6). O que me parece útil pensar aqui é esse caminho de dessacralização do autor e, por consequência, a impregnável mistura de sentidos que um texto (em vez da obra toda) pode ganhar assim que circula por entre os mais diversos círculos sociais e públicos. O livro, a tese, neste caso *Patrulha e Proximidade*, situou-me, como autora, num momento biográfico intermédio e, portanto, num discurso indeterminado: entre a estudante e a presumível futura autora académica. Este momento coloca o texto numa posição pública que não pode ser apenas a de perspectiva do discurso.

Neste caso, a escritora está seguramente longe da autora consagrada a que aludia Foucault. Como em outros casos, mas neste com particular intensidade, a escrita ganha uma dimensão performática que escapa em boa medida à intencionalidade política e discursiva do autor. É este ponto que visio sublinhar. Se dermos menor atenção ao autor, estamos em condições de fornecer maior visibilidade ao leitor, às “leituras”, na sua fenomenologia possível. Se acreditarmos, com Barthes (1988), que a linguagem fala, não meramente o autor, então a etnografia tem a sua voz e a recepção do texto segue rumo próprio. Mas talvez possamos surpreender curtos momentos desse percurso. É desses momentos que passo agora a falar, voltando à pergunta: O que é ou pode ser feito com o que escrevemos?

Quando editei *Patrulha e Proximidade* (2008) este era – e assim se manteve até hoje – um dos poucos livros sociológicos sobre a polícia em Portugal. O tópico fora esquecido pelo conjunto das ciências sociais e, talvez sem surpresa, seguindo a tradição britânica e norte-americana, foi ativado na forma de uma etnografia densa. O texto reflete os doze meses de trabalho de campo que realizei em esquadras de polícia, com observação e participação nas rotinas de trabalho e vida de polícias, incorporando todo o tipo de técnicas de pesquisa próprias desta abordagem heurística.

Forneço apenas uma pista analítica que a etnografia tornou pública. O policiamento de proximidade começou por ser um programa ministerial, que chegou a Portugal na transição do milénio, orientado para os

dois maiores corpos de polícia nacional, a GNR e a PSP. Embora num primeiro momento associado a governos do partido socialista, este seria consensualmente adoptado pelos governos que se sucederam e amplamente reconhecido pelo apoio popular de que foi alvo. A principal ideia do Estado foi aproveitar a estrutura policial tradicional, disposta em pequenas unidades de policiamento de esquadras (e no caso da GNR, em postos). Foi com base numa certa confusão semântica entre policiamento de proximidade (na intenção de conduzir o Estado e polícias aos cidadãos) e esquadra de polícia (onde o Estado se revelou estar aberto a receber os cidadãos) que o programa se apoiou. Ou seja, não se pode propriamente falar numa reforma do policiamento, ao estilo do policiamento comunitário, por exemplo, mas sim num longo curso de transformações lentas e com progressivas intervenções nas instituições policiais, incluindo a mudança de imagem de marca, que visaram afastar do imaginário social os polícias pré-modernos das ditaduras salazarista e marcelista.

Apesar disso, *Patrulha e Proximidade* viria evidenciar como no plano das micro-políticas da prática policial os programas e equipas limitadas e difusas da proximidade, a operar no nível operacional nas esquadras, significavam mudanças substantivas. O “escola segura”, “apoio a idosos”, “apoio à vítima”, “comércio seguro” e um clima profissional mais permeável à participação feminina e à predisposição para responder rapidamente a situações de emergência policial, traziam mudanças. Observações sistemáticas de turnos permitiram-me perceber e analisar diferenças entre os serviços tradicionais de patrulhamento a pé, de automóvel e de proximidade (Durão, 2008). Os serviços da proximidade significavam na prática maior iniciativa da parte dos agentes, comunicação e mais trabalho em rede junto de setores específicos da população – ingredientes que de modo intangível começaram a influenciar a atmosfera das esquadras e do policiamento em geral. Mas se tal era perceptível nos centros históricos e em bairros de classe média, o mesmo parecia não penetrar as esquadras e o policiamento nas periferias urbanas, pelo menos em Lisboa.

Patrulha e Proximidade é um livro que não pôde deixar de passar despercebido nos meios policiais. Foi pela mão de um dos seus mais proeminentes oficiais e académicos, versado no direito policial e constitucional, que o livro foi publicado, na mesma série editorial onde alguns dos seus colegas de profissão, os novos e promissores oficiais e pensadores da Polícia de Segurança Pública, seriam convidados a publicar. Assim que o

livro foi impresso seria lançado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI). O auditório encheu-se de mais de altos 50 comandantes fardados que, após a reunião mensal na Direção Nacional, se deslocaram com o Diretor Nacional e o Ministro da Administração Interna à sede da escola-mãe, onde a maioria se formou, para ouvir as palavras de académicos e da autora. Logo nessa altura ofereci autógrafos a vários comandantes que compravam o livro, espalhados pelo país. Alguns já haviam previamente lido a tese. Uns meses antes decidi enviar o documento para uma mailing list de comandantes da PSP que um alto oficial me forneceu. Recebi críticas interessantes, muitos silêncios e, como me disse um deles, “li como se fosse um romance”. A estratégia narrativa de leitura clara e apelativa parecia, pelo menos em alguns casos, ser reconhecida.

De 2008 em diante eu seria convidada a participar em muitos encontros científicos e semi-científicos para apresentar e discutir os resultados da pesquisa. Passaria por vários auditórios compostos de polícias, militares, académicos, políticos. Alguns desses trabalhos foram sendo publicados e assim os meus textos viram-se incluídos em diversas esferas e circuitos de acesso relativamente fácil aos polícias e outros profissionais do direito. No dia de defesa da tese apercebi-me do interesse dos mais variados agentes da lei. Quando olhei para a sala, havia uma série de polícias, que nunca antes havia visto, e não apenas da força que eu estudara, a Polícia de Segurança Pública.

O meu texto deve ter circulado bastante nestes meios, mas nunca consegui avaliar realmente o seu impacto até me acontecerem duas situações concretas. Uma foi em 2009, quando fui convidada a visitar a Escola Prática de Polícia (EPP) com o pretexto de falar sobre as carreiras subjetivas dos agentes da patrulha aos 500 alunos do curso de chefe da PSP, um grupo a caminho da progressão de agentes a chefes, no auditório do teatro da Câmara municipal de Torres Novas. Depois do evento acompanhei o meu anfitrião, o então diretor da escola, que no seu gabinete me relatou a sua incumbência de reformar o curriculum e todo o programa de estudos da escola. Esta é a escola que oferece o curso de base para o ingresso dos agentes de polícia na PSP. O curso pode durar entre 6 e 9 meses e tem uma intensa atividade diária e múltiplas disciplinas e matérias de treino. Segundo o meu interlocutor, a leitura de *Patrulha e Proximidade* havia-o influenciado muito neste trabalho de reforma. Mostrou-me claramente como mantinha o meu livro ao lado do projeto

de reforma. Disse compartilhar comigo o interesse pelo policiamento de proximidade, pela melhoria do serviço policial e pela participação da polícia na cidadania. Preocupava-o muito que a formação e treino pudessem servir para afastar os polícias do seu objetivo maior – servir os cidadãos. O meu interlocutor tinha feito um mestrado em sociologia no ISCTE-IUL, onde eu concluíra o doutoramento em antropologia. Aproximava-nos, além do tema policial, a experiência reflexiva sobre os temas do policiamento de proximidade (Oliveira, 2006).

Em 2010, o diretor da EPP foi promovido a diretor do prestigiado ISCPSI, dizem que em boa medida pelo trabalho de reforma que realizou na EPP. Nessa altura, voltaria a contactar-me. Tornei-me assim professora de sociologia geral e de sociologia policial, disciplinas disponíveis na ementa de estudos do curso superior de oficiais de polícia, com equivalência a mestrado. Continuei criando novos projetos sobre policiamento, com equipas de pesquisa grandes e multidisciplinares. Em vários desses projetos contava com a colaboração de oficiais de polícia do centro de investigação, agora também meus colegas no ISCPSI. O estatuto que tinha como professora no ISCPSI não garantia acesso fácil à pesquisa nos órgãos de decisão superior da PSP. Todos sabiam que a etnografia sujeita a polícia a uma exposição que pode incomodar. Mas o que realmente faz tremer as grandes instituições do estado, em particular as polícias que lidam com poder e controvérsia, é a representação que deles se faz nos mass media. E nesse sentido, quanto mais conhecimento publicado, mais passível de gerar rumores públicos.

Em alguns momentos concretos os jornalistas entraram em cena. Além dos resultados da tese, sempre que as minhas equipas de trabalho e eu apresentámos resultados de projetos, para públicos mais amplos, era frequente ver noticiado um ou outro aspecto que, como aconteceu no caso de Fassin (2013), e porventura se estende à experiência da grande maioria dos pesquisadores que usam métodos qualitativos, tendia a simplificar as complexidades e mesmo as tendências mais gerais do que analisávamos. Lembro um exemplo concreto. Foi o que aconteceu após um seminário de dois dias ocorrido em 2012 no ISCPSI em parceria com o ICS/UL, com intensas e variadas discussões entre polícias, políticos, académicos nacionais e internacionais e ativistas de organizações não governamentais e associações, em torno dos resultados do projeto sobre policiamento da violência doméstica. A notícia difundida pela Lusa para os órgãos noticiosos em Portugal resumiria o esforço a uma única frase

afirmada por um oficial de polícia durante o evento: “Polícias fazem ‘vaquinhas’ para pagarem alojamento a vítimas de violência doméstica”.²

Em Portugal, por várias razões que não posso aprofundar, os jornalistas podem levantar alguma polémica em relação ao policiamento, mas a atenção recai muito mais sobre as condições de vida e de trabalho dos agentes (que *Patrulha e Proximidade* também ajuda a analisar), bem como os meios materiais e as grandes opções de governo. A atenção dos mass media recai muito menos sobre os efeitos violentos do trabalho policial, para os quais falta aos cientistas sociais, o acesso a evidências. Eu mesma vi recusado um pedido de observação em esquadras de polícia de periferia por parte das lideranças da PSP sob a justificação de manter a minha proteção face a possíveis exposições ao risco.

Todavia, talvez o campo de mais difícil penetração da hermenêutica das ciências sociais seja a própria governação. Já no Brasil, um dia recebi um email de um oficial de polícia que publicara um número especial de uma revista com ampla divulgação inter-ministerial. Este disse-me que um ministro lhe tinha pedido um dos meus artigos onde se evidenciavam problemas concretos na prática da condução do inquérito policial e judicial em casos de vitimação por violência (Durão & Darck, 2014). Este texto foi um dos resultados de dois anos de pesquisa entre múltiplos agentes nesta área. Uns meses mais tarde, enviei email ao meu interlocutor perguntando se tinha conhecimento sobre o que o ministro teria achado da análise. O meu amigo disse-me, sabiamente: “Susana, você deve saber interpretar o silêncio. Por vezes esse é o melhor *feedback* que podemos receber nas áreas do saber sobre segurança”. Quando estive com ele, presencialmente, voltei a indagar sobre a situação. Disse-me que era possível que o artigo tivesse levado a realizar algumas revisões processuais internas, mas, reiterou: “Por vezes, as principais mudanças passam-se silenciosamente, sem alarido e sem conhecimento público”. Desta pequena história concluí que o que escrevemos pode ter efeitos, para além das polémicas que possam gerar, mas que de fato não controlamos aquilo que está aquém de pactos políticos evidentes, mesmo se algo no que dizemos pode vir a consubstanciar-se em algum tipo de mudança. Quando escolhemos publicar em determinados lugares, que nos afastam dos meios que nos vão tornar os autores consagrados (como essa revista

² <https://www.publico.pt/sismos/noticia/policias-fazem-vaquinha-para-pagarem-alojamento-a-vitimas-de-violencia-domestica--1535074>, (última visualização em 02/07/2016).

de circulação interna pelo estado português), temos por fim influenciar politicamente o objeto estudado. Foi o que me aconteceu quando aceitar publicar, num estilo jornalístico, para públicos mais amplos, o pequeno livro *Esquadra de Polícia* (2016), do qual recebo agradáveis reações, sobretudo de agentes e chefes de esquadra com quem mantive contato. Mas de fato, como bem sabe quem trabalha com observação participante e escreve etnografias, os rumores são de alcance limitado e os silenciamentos face à nossa presença, sobretudo em meios policiais e políticos, são e sempre serão de difícil escrutínio.

De todo o caminho traçado, hoje pertencendo a um passado recente (uma vez que em 2013 emigrei para o Brasil para me tornar professora de antropologia na Universidade Estadual de Campinas, em São Paulo) destaco dois aspetos. Em primeiro lugar, observo que a intencionalidade política colocada no (meta)texto de *Patrulha e Proximidade* surtiu efeitos. O discurso afetou, de algum modo, a realidade estudada. E, mais fundamental ainda, o que afetou foi o discurso como hermenêutica, não o discurso como prática científica aplicada. Em segundo lugar, foi exatamente o texto, a descrição densa ao estilo monográfico clássico de mundos policiais e do policiamento de esquadra em Portugal, que me levou ao lugar de autora e me converteu na situação de professora, não um estatuto prévio ao texto. O encontro entre a discursividade e o texto como signo teve lugar e se constitui como potencializador dessa situação em que a etnografia pode ser observada como política de transformação a contagotas. A participação na transformação política a que me refiro surgiu por via da importância do texto etnográfico e, como consequência dela, por intermédio do ensino da teoria e práticas sociais. Usei do meu saber de etnógrafa para ensinar aqueles que viriam a ser futuros profissionais da lei e da ordem, em Portugal e também, por intermédio de protocolos de cooperação, em Angola, Cabo-Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Conclusão

Neste breve ensaio tentei fornecer algumas ilustrações das ambiguidades que povoam esse grande campo das intencionalidades políticas dos nossos textos e do modo como estes comunicam com os públicos. Neste caso falo dos efeitos do texto monográfico que, por conter uma perspectiva analítica, crítica e descritiva, tende a suscitar recepções lentas nas instituições, sobretudo se a mediação não for realizada pelos mass media. Revi aqui o caso da biografia profissional de um texto, a tese editada em livro, com uma discursividade que visou afetar os públicos sobre os quais versa. Descrevi de seguida o modo como o processo de leitura do livro se alargou e incorporou a autora em novas dinâmicas de trabalho e pesquisa. Nesse sentido, o caso revela um trajeto de intervenção, participação e transformação moderada na atividade policial, por intermédio da transmissão de saberes académicos e provocação da reflexividade analítica entre alunos e colegas das instituições de ensino policial. Chamei a esta uma política conta-gotas porque, por um lado, ela não se sustenta num contrato reformista mas, por outro, não há em momento algum cedência hermenêutica ou censura crítica. Pelo contrário, o que há é perspectiva crítica tornada pública.

Mesmo adotando um estilo etnográfico, envolvendo a penetração de uma *outsider* nas forças policiais, seguramente gerando uma série de silenciamentos e controvérsias que em alguns momentos me chegaram e noutros não me foram revelados, os meus textos e eu fomos envolvidos e passámos a fazer parte dos mundos do ensino policial. Pode dizer-se que os ingredientes da política a conta-gotas na qual me enredei envolveram: a participação na formação de oficiais de polícia no mestrado integrado do ISCPSI; a escrita de textos com vista a influenciar políticas de governo; colaboração em projetos com oficiais de polícia treinados sobretudo nas áreas do direito e da criminologia. Durante um período concreto vivi a possibilidade desta troca que serve de ilustração de um caminho de possíveis interferências e transformações das ciências sociais na realidade estudada. Este exemplo retira à noção de autor o estatuto privilegiado, caminho que em geral as análises retrospectivas preferem encetar. E, desse modo, fornece à hermenêutica a possibilidade de atuação sobre o mundo. É um exemplo que surge em defesa das possibilidades políticas da etnografia. O texto tem um mundo que interessa ao mundo.

Nas vésperas de migrar para o Brasil fui surpreendida com um convite: eu seria a homenageada num almoço organizado por alguns oficiais

da PSP no ISCPSI. O organizador, agora promovido a Diretor Nacional Adjunto do Diretor Nacional (ou seja, o número 2 da PSP), era aquele que, depois de conhecer o meu trabalho, me convidara para ser professora no ISCPSI. Na mesa ele conseguiu reunir os não mais de dez homens e mulheres com quem vim a trabalhar mais de perto na PSP. Nesse momento tive direito a um presente institucional, uma estatueta em cristal com cerca de 20 cm de altura do São Miguel Arcanjo, com a sua espada, acondicionada numa caixa azul aveludada. São Miguel Arcanjo é o patrono da PSP e considerado o símbolo maior da instituição, pelo que compreendi o empenho do meu amigo nesta dádiva. Ele chamaria a minha atenção para o detalhe da mensagem que ele mesmo escolhera gravar na chapinha de cobre dourada “Obrigada à professora Susana Durão por nos ajudar a conhecer melhor os policiais”. Nesta altura eu entendi, ritualisticamente, que o grande ciclo que dera início à minha pesquisa lá em 2001, com o primeiro projeto em que participei sobre a PSP, estava agora a encerrar, e que o futuro das minhas pesquisas a outros contextos pertence.

Nessa altura, no início do milénio, quando fui conhecendo as autoridades na Direção Nacional da PSP e apresentei a alguns as minhas intenções de vir a fazer trabalho de campo em unidades policiais intrigou-me ouvir de um desses oficiais o seguinte: “Ah, agora sim, agora finalmente alguém vai nos poder ajudar a saber o que fazem os policiais, o que é o seu trabalho; para nós aqui em cima é uma caixa negra”. Os múltiplos trabalhos de pesquisa de carácter etnográfico em que me envolvi foram oferecendo uma visão sociológica e histórica mas, muito fundamentalmente, evidenciaram as dimensões micro-práticas do policiamento realizado por agentes concretos e inseridos no mundo. Essa será sempre a particularidade de uma episteme antropológica que pode ajudar a conhecer o mundo mas nem sempre oferece a possibilidade de o padronizar e de nele interferir sem ambiguidade.

Por fim, retomo o diálogo com João Freire e celebro o seu optimismo, desde os anos 90, o desejo de ampliação do programa de estudos na sociologia do trabalho em Portugal. Uma das direções privilegiadas do esforço de inovação teórica passa pela experimentação metodológica, como refere Freire (1993). Mas creio que é desejável incluir nesse esforço a análise da dimensão que alcançam os nossos saberes publicados. A política a conta-gostas é apenas uma entre muitas. Mas ela serve para ampliar o debate. Creio assim que temos condições para avançar, por um

lado, além da reflexão sobre o dilema da representação escrita em ciências sociais, e por outro, resistir à tentação de considerar que a dimensão pública se avalia apenas ou sobretudo pelo debate e polêmicas que na chamada esfera pública os nossos textos suscitam. O público são muitos públicos.

Referências

- AGGAMBEN, Giorgio (2007), *Profanações*. Tradução de Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo.
- BARTHES, Roland (1988), *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira, São Paulo: Editora Brasiliense.
- BOROFSKY, Robert (2000), “Public Anthropology: Where To? What Next?”, *Anthropology News*, 45: 9–10.
- BRETTELL, Caroline B. (1993), *When They Read What We Write. The politics of ethnography*. Westport/London: Bergin & Garvey.
- BURAWOY, Michael (2005), “For Public Sociology.” *American Sociological Review* 70 (1): 4–28.
- CHECKER, Melissa (2009), “Anthropology in the Public Sphere, 2008: Emerging Trends and Significant Impacts”, *American Anthropologist*, 111(2): 162–169.
- DURÃO, Susana & Dark, Marcio (2014), “Da Polícia à Justiça. Impasses nos canais de controlo da violência doméstica”, *Politeia*, Ano IX: 7-24.
- DURÃO, Susana (2008), “A rua dos polícias. Visão itinerante”, pp 79-96, in Graça Índias Cordeiro e Frédéric Vidal (eds), *A Rua. Espaço, Tempo, Sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte.
- DURÃO, Susana (2008), *Patrulha e Proximidade. Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*, Coimbra/São Paulo, ed. Almedina.
- DURÃO, Susana (2016), *Esquadra de Polícia*, Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.
- FASSIN, Didier (2011), *La Force de l’Ordre. Une Anthropologie de la Police des Quartiers*. Paris: Seuil. (English translation: *Enforcing Order: An Ethnography of Urban Policing*. Cambridge: Polity Press, 2013.)
- FASSIN, Didier (2013), “Why Ethnography Matters. On Anthropology and its Publics”, *Cultural Anthropology*, 28 (4): 621–646.
- FOUCAULT, Michel (2011), “O que é um autor?” in Foucault, Michel, *Ditos e escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Tradução de Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- FREIRE, João (1993), “Sociologia, sociologia do trabalho”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, 14: 9-17.
- FREIRE, João (2010), “Patrulha e Proximidade. Uma Etnografia da Polícia em Lisboa. [Susana Durão, 2008, Coimbra, Almedina], *Sociologia: Problemas e Práticas*, 62: 135-137.

- LOPES, Daniel Seabra & Susana Durão (2011), “On the uses of ethnography beyond anthropology: potentials and problems”, *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, – *Rethinking Institutions* (Special Issue), 19 (4), Nov.: 520-527.
- NETO, Joachin Azevedo Neto (2014), “A noção de autor em barthes, foucault e Agamben”, *Floema*, Ano VIII (10), Jan./Jun.: 153-164.
- OLIVEIRA, José Ferreira de (2006), *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*, Lisboa, Almedina.
- PURCELL, Trevor (2000), “Public Anthropology: An Idea Searching for a Reality”, *Transforming Anthropology*, 9 (2): 30–33.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy (1995), “The Primacy of the Ethical: Propositions for a Militant Anthropology”, *Current Anthropology*, 36 (3), Jun.: 409-440.